

COLEÇÃO CBAr

ARBITRAGEM E CORRUPÇÃO  
NO DIREITO BRASILEIRO

AMINO STRA

AMOSTRA

COLEÇÃO CBAr

# ARBITRAGEM E CORRUPÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

Felipe Sebastian Caldas Vêras

AMOSTRA

  
ALMEDINA

## Arbitragem e Corrupção no Direito Brasileiro

Copyright © 2025 STARLIN ALTA EDITORA E CONSULTORIA LTDA.

ALMEDINA é uma empresa do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2025 Felipe Sebastian Caldas Vêras

ISBN: 978-85-8493-8650

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2025 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V474

Arbitragem e Corrupção no Direito Brasileiro. Felipe Sebastian Caldas Vêras. 1. ed. – Rio de Janeiro: Almedina Brasil, 2025.

280 p; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-8493-8650

1. Arbitragem. 2. Corrupção. 3. Prova (Direito). 4. Ordem pública. 5. Contratos. 6. Direito brasileiro. I. Título.

CDU 347.918(81)

#### Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Arbitragem : Corrupção: Provas: Contratos

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida.

A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

**Marcas Registradas:** Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

**Material de apoio e erratas:** Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site [www.altabooks.com.br](http://www.altabooks.com.br) e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

**Suporte Técnico:** A obra é comercializada na forma em que se está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

## Grupo Editorial Alta Books

**Produção Editorial:** Grupo Editorial Alta Books

**Diretor Editorial:** Anderson Vieira

**Editora-Chefe:** Manuella Santos de Castro

**Assistente Editorial:** Francielle Regina

**Vendas Governamentais:** Cristiane Mutüs

**Diagramação:** Cumbuca Studio



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré  
CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)  
Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419  
[www.altabooks.com.br](http://www.altabooks.com.br) – [altabooks@altabooks.com.br](mailto:altabooks@altabooks.com.br)  
**Ouvidoria:** [ouvidoria@altabooks.com.br](mailto:ouvidoria@altabooks.com.br)



Editora  
afiliada à:

ASSOCIADO



## **Felipe Sebastian Caldas Vêras**

Advogado. LL.M. in Corporate and Commercial Law pela London School of Economics and Political Science (LSE). Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). LL.M. em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

AMMOSTRÄ

# AMOSTRA

*À memória dos meus queridos avós, Iêda, Moacyr, José e Vera.*

AMMOSTR

*(...) there is no question today that arbitrators are empowered, and indeed have the duty, to investigate and adjudicate corruption issues and thereby contribute to the global fight against corruption.*

† Emmanuel Gaillard, *Arbitration International*, v. 35, issue 1, 2019.

AMMOSTRÄ

## NOTA DO AUTOR

Este livro é, em grande parte, fruto da minha dissertação de mestrado, defendida na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em 28 de fevereiro de 2020. Posteriormente, durante os anos de 2021 e 2022, enquanto cursava o LL.M. na *London School of Economics and Political Science*, tive a oportunidade de amadurecer alguns dos conceitos explorados nesta obra. Após meu retorno ao Brasil, dediquei-me à sua atualização e ampliação.

Ao longo de quase três décadas de vigência da Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/96), o instituto da arbitragem se desenvolveu de forma significativa. É natural, portanto, que essa expansão tenha gerado novos cenários, frequentemente desafiadores, para profissionais e acadêmicos da área. Um desses desafios refere-se à prática de atos de corrupção, seja na formação ou na execução de contratos submetidos à arbitragem. Este trabalho tem como objetivo examinar como o árbitro deve se portar e lidar com alegações de corrupção em contratos sujeitos à sua decisão.

A obra analisa os fundamentos que permitem ao árbitro continuar exercendo sua função jurisdicional nesse contexto, além de questões procedimentais relacionadas, como a análise do ônus e da medida da prova, bem como o uso das chamadas inferências negativas e *red flags*. No campo do direito material, examinam-se os efeitos civis da corrupção nos contratos, incluindo a possibilidade de reparação ou restituição em determinados cenários. Por fim, investiga-se o suposto dever do árbitro reportar a prática de atos de corrupção às autoridades competentes, caso tais atos sejam identificados e provados. Ao término, são apresentadas conclusões sobre como e em que medida deve ocorrer o enfrentamento da corrupção no âmbito da arbitragem.

Desejo a todos(as) uma leitura proveitosa e enriquecedora!

São Paulo, primavera de 2024.

Felipe Sebastian Caldas Vêras

AMMOSTRRA

## AGRADECIMENTOS

A tarefa de agradecer, embora prazerosa em sua essência, carrega a responsabilidade de reconhecer todos aqueles que contribuíram para a conclusão deste estudo. Desde já, reconheço que tal responsabilidade dificilmente será cumprida integralmente, pois muitas pessoas me ajudaram ao longo desta jornada, e nem todas poderão ser mencionadas nominalmente. Assim, agradeço a todos que, mesmo não citados, contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste importante marco em minha vida.

Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão aos meus pais, José Ricardo e Júnia, que sempre me apoiaram em todas as escolhas, oferecendo confiança, carinho e gentileza fundamentais para que eu pudesse superar mais este desafio. Ao meu querido irmão, agradeço pelo companheirismo e pela compreensão diante dos sacrifícios exigidos pela academia e pela profissão. À memória dos meus avós, alguns dos quais acompanharam minha trajetória acadêmica até a defesa da dissertação, rendo homenagens pelo carinho e incentivo que recebi, e que continuam a me inspirar para a superação dos desafios da vida.

Aos meus tios – especialmente Gisele e Miguel –, agradeço carinhosamente pelo acolhimento generoso em São Paulo, oferecendo-me o apartamento onde passei inúmeras horas dedicadas à elaboração da dissertação de mestrado que deu origem a este livro.

Aos amigos, agradeço pelos momentos de descontração que me trouxeram forças para enfrentar o desafio de concluir este trabalho.

À Professora Natália Cristina Chaves e ao Professor Christian Sahb Batista Lopes, registro minha gratidão pela orientação e pela confiança em mim depositada. Ao Professor Christian, em especial, agradeço por gentilmente aceitar o convite para prefaciar esta obra.

À memória dos meus avós, alguns dos quais acompanharam minha trajetória acadêmica até a defesa da dissertação, rendo homenagens pelo carinho e incentivo que recebi, e que continuam a me inspirar para a superação dos desafios da vida.

Ao Professor Carlos Elias, estendo meus agradecimentos por sua valiosa participação na banca de defesa da minha dissertação e pelos preciosos comentários e observações, que foram guardados com apreço e muito contribuíram para a atualização do texto.

Agradecimentos também são devidos aos profissionais que me auxiliaram e acompanharam ao longo da minha jornada acadêmica e profissional. A elaboração deste livro passou por três locais diferentes. À equipe da CAMARB, expresso minha gratidão na pessoa do antigo Secretário Geral e atual conselheiro, Felipe Moraes. Aos colegas da Câmara do Mercado (anteriormente conhecida como CAM-B3), registro meu agradecimento na pessoa do ex-presidente, Dr. Roberto Teixeira da Costa. Aos colegas do Souto Correa, agradeço especialmente a Jorge Cesa, cujas contribuições a este livro resultaram em um artigo e inúmeros debates acadêmicos.

Aos membros do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr) e de sua Diretoria, agradeço pela receptividade e recomendação para a publicação desta obra, representados aqui pelo querido Lucas Diniz, que acompanhou de perto essa jornada.

À minha querida Valeria, agradeço o apoio, companheirismo e carinho, indispensáveis para a atualização, ampliação e edição deste livro.

Por fim, agradeço a todos os colegas e amigos que compartilharam comigo seu conhecimento, material e tempo, enriquecendo os debates sobre os temas tratados nesta obra.

## PREFÁCIO

A arbitragem, reconhecida como uma via alternativa e eficaz para a resolução de disputas comerciais e de investimentos, sempre carregou a promessa de agilidade e especialização, tornando-se um recurso valioso para partes envolvidas em litígios complexos domésticos ou internacionais. No entanto, mesmo em face de suas muitas virtudes, não está imune aos desafios impostos por questões de corrupção que afetam todas as esferas do direito e da governança global. Este livro, profundo e meticuloso, explora todos os aspectos da intersecção entre a arbitragem e a corrupção, destacando os desafios enfrentados e propondo soluções para superar as adversidades que esta interação inevitavelmente traz.

A pesquisa incansável de Felipe Vêras produziu uma obra a um só tempo consistente teoricamente, utilizando com segurança os princípios jurídicos aplicáveis, e de relevante aplicação prática, ao prover ao leitor as soluções aos problemas identificados. A importância do tema é incontestável, tendo sido objeto de dossier publicado pela ICC – *International Chamber of Commerce* em 2015 (*Addressing Issues of Corruption in Commercial and Investment Arbitration - Institute Dossier XIII*), abordado em um painel do 18º Congresso Internacional de Arbitragem, promovido pelo Comitê Brasileiro de Arbitragem em 2019 e, mais recentemente, da Conferência “When Arbitration Meets Crime”, promovida pela IBA – *International Bar Association* no início de 2024, além de objeto de inúmeros artigos científicos citados ao longo do livro.

O autor inicia por traçar os conceitos de arbitragem e corrupção que serão utilizados na obra, deixando claro que, nesse último caso, não se prende ao tipo penal previsto no ordenamento brasileiro ou em qualquer outro. Ao contrário, a preocupação de Vêras é com o fenômeno da corrupção, adotando o conceito da Transparência Internacional de “uso indevido do poder concedido para benefício privado”

e abrangendo tanto atos praticados envolvendo servidores públicos como aqueles entre agentes privados. É louvável a clareza com que expõe o objeto do trabalho ou, em outros termos, de que corrupção se passará a tratar, e a coragem de usar um conceito mais amplo, tornando seu trabalho útil para virtualmente qualquer tipo de arbitragem e não apenas aquela que envolver a administração pública.

O passo seguinte é avaliar se o árbitro tem jurisdição para determinar se houve ou não corrupção em determinado caso. O autor começa por citar o emblemático *ICC Case No. 1110* de 1963, em que o árbitro único Gunnar Lagergren entendeu que se tratava de matéria de ordem pública e, portanto, não arbitrável, mencionando outros casos no mesmo sentido. No entanto, destaca Véras, esses casos são a exceção e a tendência mais moderna tem sido admitir a jurisdição de árbitros para lidar com alegações de corrupção e seus efeitos na relação contratual entre as partes de uma arbitragem. Com rica pesquisa, o autor cita e explica casos internacionais em que alegações de corrupção foram trazidas por uma das partes e devidamente instruídas e decididas pelos árbitros, fundamentando suas conclusões igualmente na doutrina de Gaillard e Mistelis, para em seguida analisar a questão sob a ótica do direito brasileiro.

Para avaliar se o árbitro poderia instruir e decidir questões afetas à corrupção de ofício, o autor parte dos poderes e deveres dos árbitros para explorar como devem manter sua independência e imparcialidade enquanto enfrentam as nuances de casos que envolvem corrupção. Ao adotar a ideia de árbitro-poeta de Yves Fortier, exemplifica a habilidade necessária para navegar essas complexidades sem comprometer os princípios fundamentais de justiça e equidade. A partir daí, Véras traz interessantes exemplos de qual seria o papel do árbitro em várias situações, como quando o tema corrupção é pressuposto do direito envolvido na sentença arbitral, quando é pressuposto dos efeitos da sentença, quando é matéria lateral ou quando as partes pretendem usar o procedimento arbitram para legitimar atos de corrupção.

Demonstrada a jurisdição de árbitros para lidar com o tema da corrupção, na medida de sua relevância para a resolução da controvérsia de direito patrimonial submetida aos árbitros, Véras avança em seu trabalho para mostrar ao leitor como a questão deve ser abordada sob dois aspectos: o processual (no capítulo 4) e o de direito material (no capítulo 5). Assim, dá ao leitor um guia seguro sobre o *como* lidar com a alegação ou indícios de corrupção, em termos instrutórios, e sobre *quais os possíveis desfechos* para a controvérsia relativa a esse tema.

Véras discute a relevância dos procedimentos probatórios na arbitragem em casos envolvendo corrupção, destacando como os árbitros devem manejar a produção de provas. Aborda a importância do ônus da prova, questionando se, diante de alegações de corrupção, deveria haver uma exigência mais rigorosa na qualidade e quantidade de provas. O árbitro, portanto, enfrenta o desafio de equilibrar a necessidade de uma decisão justa e exequível com a dificuldade inerente de obter

provas em casos de corrupção, onde os atos ilícitos geralmente são ocultados pelas partes envolvidas.

A discussão se aprofunda ao considerar as diferentes teorias sobre a natureza das provas e a verdade no âmbito jurídico. Enquanto algumas visões sustentam que o processo deve ser um meio para reconstruir os fatos ocorridos, outras argumentam que o procedimento deveria servir como uma arena para a argumentação colaborativa em busca de uma verdade prática. Esse debate é crucial em casos de corrupção, onde a complexidade e a ocultação dos fatos tornam a verdade dos atos disputados particularmente elusiva.

O texto também explora como as regras gerais de processo são aplicáveis à arbitragem, destacando que princípios como o contraditório e a isonomia são essenciais para garantir a legalidade e a justiça do processo arbitral. É enfatizado que as disposições da Lei de Arbitragem devem ser interpretadas em harmonia com o sistema jurídico brasileiro, garantindo que a arbitragem não seja um processo isolado das garantias e normas processuais vigentes.

Específica atenção é dada ao ônus da prova em arbitragem, especialmente em contexto de corrupção. Discute-se como a responsabilidade de provar alegações recai sobre as partes e como o árbitro deve avaliar as provas apresentadas. Em casos de corrupção, o árbitro pode encontrar-se em uma posição delicada para decidir sobre a inversão do ônus da prova, especialmente quando há indícios de atos ilícitos camuflados.

Ainda sobre os aspectos processuais do tratamento da corrupção na arbitragem, Véras aborda a complexidade da produção de provas em sistemas jurídicos distintos, como os de *civil law* e *common law*, e como isso afeta as expectativas em arbitragens internacionais. São discutidos as inferências negativas e o uso de *red flags* como ferramentas para identificar possíveis atos de corrupção. Tais mecanismos sugerem que, além das provas diretas, os árbitros devem estar atentos a sinais que possam indicar comportamentos corruptos, equilibrando a necessidade de provas concretas com a realidade prática da dificuldade em desvendar atos de corrupção.

Tendo analisado com profundidade os aspectos processuais, o capítulo seguinte discute os efeitos civis da corrupção no contexto do direito brasileiro, com um foco particular na arbitragem envolvendo a administração pública. Nesse ponto, é retomado o conceito de corrupção mais amplo, que é essencial para o estudo, pois abrange não só ilícitos tradicionais presentes no Código Penal, mas também a corrupção privada, que não é penalizada diretamente pela legislação brasileira. Isso ressalta a relevância do papel do árbitro em interpretar atos de corrupção dentro dos limites da lei civil, especialmente quando a legislação é omissa sobre a corrupção entre privados.

A arbitragem com a administração pública é especialmente complexa devido ao regime jurídico aplicável, que impõe uma série de particularidades nos contratos

administrativos submetidos a arbitragem. Os árbitros, ao analisarem esses contratos, devem considerar as normas de direito público, o que inclui a nova Lei de Licitação e Contratos Administrativos e alterações relevantes na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, enfatizando a necessidade de avaliar as consequências práticas das decisões arbitrais para garantir a continuidade do serviço público e a manutenção do interesse público.

Relativamente aos efeitos civis da corrupção, o autor traz informações do direito internacional, mencionando dispositivo específico dos Princípios UNIDROIT Relativos aos Contratos Comerciais Internacionais de 2016 e tentativas de padronizar a abordagem civil da corrupção, como a Convenção Civil sobre Corrupção do Conselho da Europa, que propõe princípios e regras para que os países membros integrem medidas de reparação civil em suas legislações nacionais. No entanto, Vêras conclui que o tratamento específico e os efeitos legais variam consideravelmente entre diferentes jurisdições.

Com apoio na doutrina de Richard H. Kreindler e Francesca Gesualdi, Vêras distingue os chamados contratos cuja finalidade é a prática de atos de corrupção (*contracts providing for corruption*) e os contratos obtidos por corrupção (*contracts procured by corruption*) e parte para a análise dessas modalidades sob a ótica do direito brasileiro, focando nos planos de existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos. O autor analisa diferentes situações, atribuindo a cada uma delas o efeito adequado de anulabilidade, nulidade absoluta, dever de indenizar ou dever de restituir.

Apesar das inúmeras contribuições do trabalho para tema tão espinhoso, talvez possa se afirmar que o terreno mais controverso explorado pelo livro é o papel dos árbitros em reportar atos de corrupção às autoridades competentes. Aqui, o debate entre a confidencialidade, pilar da arbitragem, e a necessidade de transparência e responsabilidade ética é cuidadosamente analisado. Este debate crucial reflete os dilemas profundos e as tensões entre os valores fundamentais que os árbitros devem equilibrar.

Este livro, que tive a honra de prefaciar, ocupará indubitavelmente um lugar de destaque dentre as inúmeras excelentes publicações sobre arbitragem em nosso mercado editorial. Nenhum autor dedicou um trabalho de tanto fôlego e profundidade ao tema arbitragem e corrupção. Os problemas envolvidos nessa interseção, por mais intrincados que sejam, foram analisados e resolvidos por Felipe Vêras. Assim, a presente obra servirá de referência para árbitros, advogados e estudiosos da arbitragem, que se dediquem a enfrentar um dos maiores desafios no campo da arbitragem, lidar com o tema da corrupção.

Christian Sahb Batista Lopes  
Belo Horizonte, novembro de 2024.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	American Arbitration Association
ABA	American Bar Association
AMCHAM	American Chamber of Commerce
Art.	Artigo
BIT	Bilateral Investment Treaty
CAM	Câmara de Arbitragem do Mercado
CAM-CCBC	Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá
CAMARB	Câmara de Arbitragem e Mediação Empresarial – Brasil
CBMA	Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem
CCI	Câmara de Comércio Internacional
CIArb	Chartered Institute of Arbitrators
CIESP/FIESP	Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP
CONIMA	Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem
EII	Estudo de Impacto Invalidatório
EUA	Estados Unidos da América
FCPA	Foreign Corrupt Practices Act
GCB	Global Corruption Barometer
HKIAC	Hong Kong International Arbitration Centre
IBA	International Bar Association
ICC	International Chamber of Commerce
ICDR	International Centre for Dispute Resolution (ramo internacional de atuação da AAA)
ICSID	International Centre for Settlement of Investment Disputes

## ARBITRAGEM E CORRUPÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

IPC	Índice de Percepção da Corrupção
IVS	International Valuation Standards
IVSC	International Valuation Standards Council
LA	Lei de Arbitragem
LAC	Lei Anticorrupção
LCIA	London Court of International Arbitration
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
NLCCA	Lei de Licitações e Contratos Administrativos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OP	Ordem Processual
ONU	Organização das Nações Unidas
PCA	Permanent Court of Arbitration
PwC	PricewaterhouseCoopers
QMUL	Queen Mary University of London
SEC	Securities and Exchange Commission
SIA	School of International Arbitration
SIAC	Singapore International Arbitration Centre
STF	Supremo Tribunal Federal
TI	Transparência Internacional
UNAC	Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (em inglês, United Nations Convention Against Corruption)
UNCITRAL	Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (em inglês, United Nations Commission on International Trade Law)

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>1. CONCEITOS PARA OS FINS DESTE ESTUDO</b> .....	<b>31</b>
1.1 Arbitragem .....	31
1.2 Corrupção .....	32
<b>2. PODERES, DEVERES E CONDUTA DO ÁRBITRO</b> .....	<b>37</b>
2.1 Um problema de jurisdição? .....	38
2.1.1 A evolução do tema na doutrina e no entendimento dos árbitros .....	38
2.1.2 Análise do tema no direito brasileiro .....	45
2.2 Conflitos de lei, ordem pública e leis imperativas ou de aplicação imediate .....	48
2.2.1 Conflitos de lei .....	48
2.2.2 Ordem pública (interna ou nacional, internacional e transnacional) .....	50
2.2.3 A importância destes conceitos para o tema deste trabalho .....	53
2.2.4 Leis imperativas ou de aplicação imediata ( <i>loi de police</i> ) .....	57
2.2.5 Análise do tema no direito brasileiro .....	58
2.3 Investigação <i>sua sponte</i> de atos de corrupção .....	60
2.3.1 Entre a cruz e a espada? Entendendo os riscos à higidez da sentença arbitral .....	61
2.3.2 Os poderes instrutórios dos árbitros .....	63
2.3.3 A conduta do árbitro: cão de caça ou cão de guarda? .....	69